

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO
CAPITAL DE GIRO DE UMA DISTRIBUIDORA**

TRABALHO DE GRADUAÇÃO

**Luciano Rambo Rauber
Carlos Dexheimer**

Santa Maria, RS, Brasil

2011

ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO CAPITAL DE GIRO DE UMA DISTRIBUIDORA

**Luciano Rambo Rauber
Carlos Dexheimer**

Trabalho de Graduação apresentado ao Curso de Ciências Contábeis, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para aprovação na Disciplina CTB 1033 - Projeto de Estágio e de Trabalho de Conclusão em Ciências Contábeis.

Orientadora: Prof^a. Msc. Selia Gräbner

Santa Maria, RS, Brasil

2011

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Ciências Sociais e Humanas
Curso de Graduação em Ciências Contábeis**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova o Trabalho de Graduação

**ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO CAPITAL
DE GIRO DE UMA DISTRIBUIDORA**

Elaborado por

**Luciano Rambo Rauber
Carlos Dexheimer**

Como requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciências Contábeis

Selia Gräbner, Msc. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)

Sidenei Caldeira, Msc (UFSM)

Marieli Mulinari, Prof^a (UFSM)

Santa Maria, 30 de novembro de 2011.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a Deus, a razão do nosso viver, por nos dar a oportunidade de compartilhar deste mundo e a todos aqueles que estiveram ao nosso lado ao longo desta jornada, em especial a nossos pais e familiares que nos ensinaram os valores da vida, pelo carinho, dedicação e paciência.

A nossa orientadora Selia Gräbner, pela disponibilidade, atenção e, principalmente, vontade de ajudar na orientação, para que pudéssemos fazer esta monografia.

A Elton Dexheimer, por ter aberto sua empresa para que o estudo fosse realizado.

A nossos professores e colegas de curso, por todo conhecimento e apoio transmitidos.

RESUMO

Trabalho de Graduação
Curso de Ciências Contábeis
Universidade Federal de Santa Maria

ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO CAPITAL DE GIRO DE UMA DISTRIBUIDORA

AUTORES: LUCIANO RAMBO RAUBER

CARLOS DEXHEIMER

ORIENTADORA: SELIA GRÄBNER

Data e Local de Defesa: Santa Maria, 02 de dezembro de 2011.

Um dos maiores fatores que levam ao fechamento de empresas no Brasil são as falhas gerenciais e dentre elas a inadequada gestão do capital de giro. O trabalho objetiva contribuir para a manutenção no mercado de uma pequena distribuidora, através da análise da gestão financeira do capital de giro praticada pelo seu proprietário. Para tanto, buscou-se identificar a necessidade de capital de giro da empresa e fatores que influenciam o seu financiamento, objetivando a liquidez de sua estrutura financeira. Quanto à metodologia este estudo é empírico-analítico, e, em um primeiro momento apresenta embasamento teórico sobre administração e análise de capital de giro, num segundo momento fez-se a análise dos dados da empresa Estrela Plast Embalagens, caracterizando-se como um estudo de caso. Os resultados obtidos com a referida análise dos dados revelaram que a empresa apresenta situação confortável em sua estrutura de capital e financiamento do capital de giro, porém a posição poderia ser ainda mais favorável através da diminuição da necessidade de capital de giro da empresa. Espera-se com este estudo orientar o proprietário da empresa a melhorar a sua gestão do capital de giro, de forma a garantir a continuidade da empresa da maneira mais sólida possível.

Palavras-chave: Administração financeira. Capital de giro. Necessidade de capital de giro

ABSTRACT

Graduate Work
Accounting Course
Federal University of Santa Maria

ANALYSIS OF THE FINANCIAL MANAGEMENT OF WORKING CAPITAL OF A DISTRIBUTOR

AUTHORS: LUCIANO RAMBO RAUBER

CARLOS DEXHEIMER

ADVISOR: SELIA GRÄBNER

Date and Place of defense: Santa Maria, Dec. 2, 2011

One of the major factors that lead to the closure of companies in Brazil are among them management failures and inadequate management of working capital. The study aims to maintain the market in a small distributor, through the analysis of financial management of working capital committed by its owner. To this end, we sought to identify the need for working capital of the company and factors influencing its funding, aiming the liquidity of its financial structure. Regarding the methodology this study is empirical, analytical, and at first presents theoretical background and analysis on managing working capital, subsequently became the data analysis company Star Plast Packaging, characterized as a study case. The results obtained with this analysis of the data revealed that the company presents a comfortable situation in its capital structure and financing of working capital, but the position could be even more favorable by reducing the need for working capital of the company. It is hoped that this study guide the owner of the company to improve its management of working capital, to ensure continuity in the strongest possible way.

Keywords: Financial management. Working capital. Need for working capital.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Exemplo de balanço patrimonial.....	16
Quadro 2 - Exemplo de balanço patrimonial gerencial.....	20
Quadro 3 - Balanço patrimonial da empresa Estrela Plast Embalagens.....	28
Quadro 4 - Demonstrações do resultado do exercício da empresa Estrela Plast Embalagens.....	29
Quadro 5 - Valores de capital circulante líquido, índice de liquidez corrente e seca da empresa Estrela Plast embalagens.....	29
Quadro 6 - Prazos médios praticados pela empresa Estrela Plast Embalagens.....	31
Quadro 7 - Balanço gerencial da empresa Estrela Plast Embalagens.....	33
Quadro 8 - Resultados dos cálculos da análise do capital de giro da empresa Estrela Plast Embalagens.....	34

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	10
2.1 Contabilidade.....	10
2.2 Contabilidade gerencial.....	12
2.3 Administração financeira.....	13
2.4 Capital de giro: algumas definições.....	14
2.5 Análise do capital de giro.....	16
2.5.1 Estrutura do balanço patrimonial.....	16
2.5.2 Índices de liquidez.....	16
2.5.3 Ciclo operacional.....	17
2.5.4 Ciclo financeiro.....	18
2.5.5 Reclassificação de contas do balanço patrimonial.....	19
2.5.6 Necessidade de capital de giro (NCG).....	21
2.5.7 Capital de giro (CDG).....	21
2.5.8 Saldo de tesouraria (T).....	22
2.6 Administração de contas a receber.....	23
2.7 Administração do caixa.....	23
2.8 Administração de estoques.....	24
3 METODOLOGIA.....	27
4 ESTUDO DE CASO.....	28
4.1 Conhecendo a empresa objeto do estudo	28
4.2 Análise da administração financeira de capital de giro da empresa Estrela Plast Embalagens.....	29
4.2.1 Análise dos indicadores de liquidez.....	29
4.2.2 Análise dos ciclos operacional e financeiro da empresa.....	30
4.2.3 Análise da necessidade e do financiamento do capital de giro da empresa.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
REFERÊNCIAS.....	37
Apêndice A – Questionário Aplicado (Entrevista).....	40

1 INTRODUÇÃO

Existem histórias de grandes empresários que começaram com uma pequena loja, uma fabriqueta de fundo de quintal, um único ônibus ou um caminhão, mas a visão que a maioria da nossa sociedade tem é a de que somente as médias e grandes empresas possuem destaque em nossa economia e acabam não percebendo a importância das micro e pequenas empresas, que respondem por boa parte do mercado empresarial brasileiro.

As micros e pequenas empresas colaboram com uma parcela significativa na manutenção da economia brasileira através de sua grande capacidade de gerar empregos e de seu gigantesco número de estabelecimentos.

Tendo em vista a expressiva participação na nossa economia há necessidade de orientação e apoio para que possam sobreviver no mercado, o que deve ser buscado pelos seus gestores, uma vez que existem corporações que executam tais serviços.

Infelizmente, apesar de existirem amparos, inúmeras micros e pequenas empresas acabam chegando a uma situação de insolvência. Uma pesquisa realizada em 2005 pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE sobre os fatores condicionantes e a taxa de mortalidade das micros e pequenas empresas do estado do Rio Grande do Sul mostrou que 77% dos gestores de empresas que fecharam consideram as falhas gerenciais como a principal causa de fechamento da sua empresa, e desses, 50% apontam a falta de capital de giro como a principal causa de fechamento.

Com o objetivo de verificar essa situação, o presente trabalho foi realizado em uma distribuidora de pequeno porte localizada na cidade de Cruz Alta - RS, preocupada com a sua administração financeira e a continuidade no mercado.

Assim, como objetivo geral desse estudo, pretende-se responder ao seguinte questionamento: *como o gerente da empresa deverá proceder com relação à administração financeira e a necessidade de capital de giro para melhorar a situação financeira e manter-se no mercado?*. Portanto, propõe-se analisar a gestão financeira do capital de giro praticada pelo gerente de uma distribuidora, através de cálculo da necessidade de capital de giro, verificação do financiamento deste capital,

o nível de investimentos em estoques, buscando a manutenção de um adequado grau de liquidez.

Justifica-se a realização desse estudo na medida em que o mesmo possibilitará que se coloquem em prática os conhecimentos teóricos adquiridos, além de contribuir com a empresa pesquisada, oferecendo a mesma, uma ferramenta essencial na gestão financeira para a tomada de decisões. Também poderá servir de base para outras empresas do mesmo ramo.

O trabalho está dividido nas seguintes etapas: levantamento do referencial teórico sobre o tema, um capítulo destinado a metodologia da pesquisa e, no desenvolvimento do trabalho, a análise da administração financeira do capital de giro praticada atualmente pelo proprietário e a projeção da necessidade de capital de giro diante da perspectiva de crescimento do negócio.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 Contabilidade

A contabilidade é indispensável a qualquer pessoa ou empresa, não importando o ambiente analisado. A contabilidade evolui constantemente, mas sem perder a essência de sua origem e de seu objetivo, que é fomentar a necessidade dos usuários, através do método coletar, processar e transmitir informações sobre a situação econômico-financeira de uma entidade ou pessoa em determinado momento e sua evolução em determinado período.

Recorrendo-se primeiramente ao conceito de contabilidade e seu objetivo, compreende-se que:

[...] é um sistema de informações e avaliação destinado a promover seus usuários com demonstrações e análises de natureza econômica, financeira, física e de produtividade, com relação à entidade objeto de contabilização. O objetivo principal da contabilidade é fornecer informação econômica relevante para que cada usuário possa tomar suas decisões e realizar seus julgamentos com segurança (IUDÍCIBUS, 1997, p. 28).

Avançando na linha de raciocínio, Libonati (1996) complementa Iudícibus que não basta só ter informações relevantes, elas devem auxiliar na tomada de decisões.

Onde, inicia-se o trabalho de identificação, estudo, medição (base para a criação de padrões) e registro dos eventos que podem influenciar o patrimônio.

A contabilidade é um dos principais instrumentos para embasar a administração moderna nas tomadas de decisões, pois além de identificar, registrar e mensurar os eventos econômicos que alteram o patrimônio de uma entidade, também possibilita a análise dos mesmos (LIBONATI, 1996, p. 25).

Figueiredo e Caggiano (1997), de maneira geral, afirmam que os dados contábeis são simplesmente um conjunto de fatos expressos como caracteres ou símbolos, incapazes de influenciar decisões, até serem transformados em informações, sendo assim, é tarefa de todos os contadores a transformação dos dados em informações.

Tomando como base a tarefa de transformação de dados brutos em informação os contadores seguem princípios e convenções contábeis, juntamente com a escolha de um sistema contábil que se ajusta melhor ao ambiente e das reais necessidades de informações pelos usuários.

Segundo Fabretti (2001), quando obedecidos os princípios, pode-se fazer comparação e análise das demonstrações financeiras de diversos períodos, entidades, setores e etc. Sem essa coesão na contabilidade, não haverá fé de que se está analisando elementos e valores do mesmo gênero e espécie e se os resultados obtidos são confiáveis para tomada de decisões.

Princípios e convenções contábeis são normas resultantes do desenvolvimento da aplicação prática dos princípios técnicos decorrentes da contabilidade, de uso predominante no meio em que se aplicam, proporcionando interpretação uniforme das demonstrações financeiras (FABRETTI, 2001).

Os princípios e convenções contábeis permitem aos usuários fixar padrões de comparação e de confiabilidade, em função do reconhecimento dos critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras, aumentam o proveito das informações fornecidas (FABRETTI, 2001).

Os princípios básicos da contabilidade de custos que são basicamente os mesmos da financeira, que se dividem em:

Princípio da realização da receita – permite este princípio o reconhecimento contábil do resultado (lucro ou prejuízo) apenas quando da realização da receita. E ocorre a realização da receita, em regra, quando da transferência do bem ou serviço para terceiros.

Princípio da competência ou da confrontação entre despesas e receitas – pela realização fica definido o momento do reconhecimento da receita. Após isso, pela competência ou confrontação temos o reconhecimento das despesas. A regra é simples: após o reconhecimento da receita, deduz-se dela todos os valores representativos dos esforços para a sua consecução (despesas).

Princípio do custo histórico como base de valor – os ativos são registrados na contabilidade por seu valor original de entrada, ou seja, histórico.

Consistência ou uniformidade – quando existem diversas alternativas para registro contábil de um mesmo evento, todas válidas dentro dos princípios fundamentais da contabilidade, deve a empresa adotar uma delas de forma consistente. Isto significa que alternativa adotada deve ser utilizada sempre.

Conservadorismo ou prudência – o conservadorismo obriga a adoção de um espírito de preocupação por parte do contador. Quando ele tiver dúvida sobre tratar um determinado gasto como ativo ou redução de patrimônio líquido, deve optar pela forma de maior preocupação, ou seja, redução do patrimônio líquido.

Materialidade ou relevância – essa outra regra contábil é de extrema importância para custos. Ela desobriga de um tratamento mais rigoroso aqueles itens cujo valor monetário é pequeno dentro dos gastos totais.

Princípio da periodicidade (segundo norma NBC-T-1) – os exercícios contábeis deverão ser de igual duração, o que permitirá sua comparabilidade, a avaliação de eficiência e eficácia da gestão (BERTI, 2007, p. 23-24).

2.2 Contabilidade gerencial

O processo de integração da economia mundial resultou no aumento da competitividade entre as organizações. Inseridos nesse ambiente, os administradores passaram a necessitar de informações que sustentassem suas decisões, pois as empresas começaram a atuar em diversos mercados e com estruturas organizacionais mais complexas. Nesse contexto surgiu a contabilidade gerencial que segundo Horgren, Sundem e Stratton (2004, p. 4) “é o processo de identificar, mensurar, analisar, preparar, interpretar e comunicar informações que auxiliem os gestores a atingir objetivos organizacionais”.

Convergindo com esse conceito, Ludícibus (1998) caracteriza a contabilidade gerencial como sendo um conjunto de técnicas já utilizadas nas diversas esferas da contabilidade, mas com um grau de detalhe mais analítico, de maneira a auxiliar os gestores na tomada de decisões.

Ainda para Ludícibus (1998) a contabilidade gerencial, está voltada única e exclusivamente para a administração da empresa, buscando prover informações que se adaptem efetivamente ao modelo decisório do gestor.

Tendo o campo de atuação definido, a contabilidade gerencial, por meio de suas informações geradas, passou a conduzir as ações das empresas no que diz respeito aos processos operacionais e demais fatores que influenciam a organização.

Medidas da condição econômica da empresa, como as de custos e lucratividade dos produtos, dos serviços, dos clientes e das atividades das empresas, são obtidas dos sistemas de contabilidade gerencial. Além disso, a informação gerencial contábil mede o desempenho econômico de unidades operacionais descentralizadas, como as unidades de negócios, as divisões e os departamentos. Essas medidas de desempenho econômico ligam a estratégia da empresa à execução da estratégia individual de cada unidade operacional. A informação gerencial contábil é, também, um dos meios primários pelo qual operadores/funcionários, gerentes intermediários e executivos recebem feedback sobre seus desempenhos, capacitando-os a aprenderem com o passado e melhorarem para o futuro (ATKINSON et al., 2000, p. 37).

A relevância da contabilidade gerencial no auxílio à administração é evidente. Entretanto, as organizações produzem uma quantidade muito grande de dados, que precisam ser organizados para gerar informações confiáveis e de qualidade.

Portanto, para que a contabilidade gerencial atinja o seu objetivo, torna-se necessária a construção de um sistema de informação gerencial.

Stair e Reynolds (2006, p. 21) conceituam um sistema de informação gerencial como sendo “um conjunto organizado de pessoas, procedimentos, software, bases de dados e dispositivos, usados para fornecer informações rotineiras a gerentes e tomadores de decisões”.

2.3 Administração financeira

Para que empresas médias e pequenas possam sobreviver no mercado deve-se ter muita atenção com a administração financeira. Segundo Brigham (1999), aproximadamente 60% do tempo de um administrador financeiro é dedicado a administração do capital de giro. Se o gestor não souber administrar os elementos de giro (ativos e passivos circulantes), mantendo um nível ideal de capital circulante líquido, poderá a empresa chegar a uma situação de falta de liquidez ou insolvência.

No entendimento de Santos (2001), a administração financeira tem sido de importância crescente para as empresas de pequeno e médio porte. Acredita o autor que o sucesso empresarial demanda cada vez mais o uso de práticas financeiras apropriadas.

Longenecker (2007) ressalta esta importância dizendo:

A gestão de capital de giro – gestão de capital de curto prazo (ativos circulantes) e dos recursos financeiros de curto prazo (passivos circulantes) – é extremamente importante para as pequenas empresas. De fato, não existe matéria na área de finanças mais importante e ao mesmo tempo mais mal-entendida. As boas oportunidades de negócio podem ser irreparavelmente danificadas pela gestão ineficiente dos ativos e passivos de curto prazo (p. 395).

De acordo com Assaf Neto e Silva (1997), a administração de capital de giro diz respeito à administração das contas dos elementos de giro, ou seja, dos ativos e passivos correntes (circulantes), e às inter-relações existentes entre eles.

Na mesma direção é a posição de Menezes (2009), ao registrar que as contas circulantes da empresa, ativo e passivo circulantes, fazem parte da administração do capital de giro.

Na opinião de Menezes (2009), o caixa, os títulos negociáveis, as duplicatas a receber e os estoques são os ativos circulantes que merecem maior destaque. Para esse autor, cada um desses ativos circulantes deve ser bem administrado para que possa garantir a liquidez da empresa.

Em se tratando dos passivos circulantes, Menezes (2009) aponta como os mais importantes as duplicatas a pagar, os títulos a pagar e as despesas provisionadas. Portanto, esses passivos precisam ser bem administrados para que possam garantir que cada uma das fontes de financiamento a curto prazo seja utilizada do melhor modo possível.

Conclui-se que o objetivo da administração de capital de giro é administrar os ativos circulantes (caixa, títulos negociáveis, duplicatas a receber, estoques) e passivos circulantes (duplicatas a pagar, títulos a pagar, despesas provisionadas), para que, dessa forma, possa garantir um nível aceitável de capital circulante líquido evitando que a empresa entre em uma situação de insolvência, uma vez que há uma estreita ligação entre ambos.

2.4 Capital de giro: algumas definições

Capital de giro, nas palavras de Koch (2009, p. 36), “são recursos que as empresas mantêm em caixa para atender suas necessidades operacionais imediatas, como por exemplo, negociar preços melhores com os fornecedores ou aproveitar uma oportunidade de negócio vantajoso, pagar salários e tarifas públicas”. Os recursos em caixa, as aplicações financeiras, os estoques e as duplicatas a receber fazem parte do capital de giro de uma empresa.

Koch (2009) alerta ainda que o capital de giro está diretamente relacionado com todas as contas financeiras que giram ou movimentam o cotidiano das empresas. Pondera o autor que, se o capital de giro está relacionado com as contas financeiras que movimentam o dia-a-dia da empresa, logo, toda empresa que vende a prazo, mantém estoque de matéria-prima ou de mercadorias e/ou tem prazo para

pagar as despesas (impostos, energia, salários e outros gastos), utilizam do capital de giro para essas transações, o que justifica a indispensabilidade do mesmo.

No entendimento de Menezes (2009), um conceito importante para entendimento do capital de giro está relacionado à necessidade do que se trata. Nesse sentido, a necessidade de capital de giro indica o montante de recursos que a empresa precisa para financiar suas operações, ou seja, o valor dos recursos que a empresa precisa para que seus compromissos sejam pagos nos prazos de vencimento.

Para Assaf Neto e Silva (1997), existem dois tipos de capital de giro: o capital de giro permanente e o capital de giro variável. O primeiro refere-se ao volume mínimo de ativo circulante necessário para manter a empresa em condições normais de funcionamento, onde o capital de giro variável é definido pelas necessidades adicionais e temporais de recursos verificadas em determinados períodos e motivadas, principalmente, por compras antecipadas de estoques, maior morosidade no recebimento de clientes, recursos do disponível em trânsito, maiores vendas em certos meses do ano, entre outros.

Di Augustini (1999), por sua vez, diz que o capital de giro pode ser nulo quando ativo circulante é igual ao passivo circulante, ou seja, os haveres, bens e direitos conversíveis no prazo de um ano são iguais às dívidas ou obrigações exigíveis no mesmo prazo; capital de giro próprio, quando ativo circulante é maior do que o passivo circulante, ou seja, os haveres, bens e direitos conversíveis no prazo de um ano são maiores do que as dívidas ou obrigações exigíveis no mesmo prazo; ou ainda capital de giro de terceiros, quando ativo circulante é menor do que o passivo circulante, ou seja, os haveres, bens e direitos conversíveis no prazo de um ano são menores do que as dívidas ou obrigações exigíveis no mesmo prazo.

Logo, pode-se dizer que o capital de giro é representado pelas contas do balanço patrimonial que estão em constante movimento e são responsáveis pela operação da empresa (ativos e passivos circulantes), ou seja, o montante de recursos que a empresa precisa para financiar suas operações, parte dele permanente ou variável, de acordo com a necessidade da empresa. Poderá este capital ser próprio, nulo ou de terceiros de acordo com sua origem. Cabe ao Gestor da empresa procurar controlar as entradas e saídas de recursos observando seus ciclos, para manter a liquidez da mesma.

2.5 Análise do capital de giro

2.5.1 Estrutura do balanço patrimonial

O balanço reflete a situação patrimonial da empresa em determinado momento e constitui-se do ativo, passivo e patrimônio líquido. Sendo que no ativo estão incluídos os bens – dinheiro em caixa, depósitos bancários, imóveis, instalações e equipamentos – e os direitos da empresa, representados pelos valores que ela tem a receber de terceiros (SANTOS, 2001).

O passivo compreende as obrigações da empresa para com terceiros, representadas por fornecedores, salários, impostos e financiamentos. O patrimônio líquido representa os recursos financeiros dos sócios ou acionistas aplicados na empresa sob a forma de capital inicial e reinvestimento de lucros.

O quadro a seguir apresenta um balanço simplificado de uma empresa hipotética.

Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa e bancos	2.612,00	Fornecedores	191.328,00
Aplicações financeiras	43.458,00	Impostos e contribuições	25.479,00
Contas a receber	66.304,00	Instituições financeiras	43.267,00
Estoques	<u>97.908,00</u>	Outras contas a pagar	7.347,00
Total do ativo circulante	210.282,00	Total do passivo circulante	<u>267.421,00</u>
Realizável a longo prazo	3.095,00	Exigível a longo prazo	<u>59.908,00</u>
Permanente		Patrimônio líquido	
Participações	24.333,00	Capital social realizado	132.344,00
Imobilizado	273.202,00	Lucros acumulados	51.239,00
Total do ativo permanente	297.535,00	Total do patrimônio líquido	<u>183.583,00</u>
Total do ativo	<u>510.912,00</u>	Total do passivo	<u>510.912,00</u>

Quadro 1 - Exemplo de balanço patrimonial

Fonte: Santos (2001, p. 22).

2.5.2 Índices de liquidez

Os índices de liquidez permitem prever a capacidade financeira da empresa para liquidar seus compromissos financeiros no vencimento, formando uma

indicação de sua capacidade de manter seu capital de giro no volume necessário à realização de suas operações. Santos (2001) afirma existirem vários índices de liquidez financeira, no entanto, aqui ele aponta como sendo mais relevante, o índice de liquidez corrente e o índice de liquidez seca.

De acordo com Vieira (2008, p 51) “o índice de liquidez corrente é a relação calculada pela divisão do valor dos recursos que se prevê estarão disponíveis pelo valor das obrigações vencíveis a curto prazo”.

A liquidez seca, para o mesmo autor (p. 51), “é a relação calculada pela divisão do valor dos recursos que se prevê estarão disponíveis do qual é diminuído o valor dos estoques pelo valor das obrigações vencíveis a curto prazo”.

Outro indicador de liquidez muito importante, segundo Vieira (2008) é o capital circulante líquido (CCL), que é calculado pela diferença entre os recursos que se prevê estarão disponíveis (ativo circulante) e as obrigações vencíveis a curto prazo (passivo circulante). Representa a medida da folga financeira da empresa em fazer frente aos seus compromissos registrados no passivo circulante.

Sob a ótica da liquidez, quanto mais elevados os índices, melhor. Sendo os mesmo calculados por meio das seguintes fórmulas:

Capital Circulante Líquido (CCL) = Ativo Circulante – Passivo Circulante

$$\text{Índice de liquidez corrente} = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo circulante}} \quad (1)$$

$$\text{Índice de liquidez seca} = \frac{\text{Ativo circulante} - \text{Estoques}}{\text{Passivo circulante}} \quad (2)$$

2.5.3 Ciclo operacional

Santos (2001, p. 16) apresenta a definição de ciclo operacional como sendo “o intervalo de tempo gasto na execução de atividades como compra de matérias-primas, pagamento aos fornecedores, produção, estocagem, venda e recebimento das vendas”. Ou seja, é o número de dias transcorridos entre a compra de matérias-primas ou produtos e o recebimento da venda dos produtos fabricados ou comercializados. Logo, pode-se chegar a seguinte fórmula:

Ciclo Operacional = PME + PMR

Onde:

PME = Prazo médio de estocagem,

PMR = Prazo médio de recebimento de vendas.

O prazo médio de estocagem, segundo Braga (2010), é obtido pela seguinte fórmula:

$$PME = \frac{\text{Saldo Médio dos estoques}}{\text{Custo das Mercadorias Vendidas}} \times \text{Dias do período (360)}$$

Braga também define a fórmula do prazo médio de recebimento de vendas:

$$PMR = \frac{\text{Saldo Médio de Clientes}}{\text{Receita Operacional Bruta}} \times \text{Dias do período (360)}$$

Nesse contexto, a duração de cada fase integrante do ciclo operacional tem influência sobre o volume de recursos financeiros consumidos ou imobilizados na operação da empresa.

2.5.4 Ciclo financeiro

Ciclo financeiro, para Santos (2001, p. 17) “é o intervalo de tempo entre os eventos financeiros ocorridos ao longo do ciclo operacional, representados pelo pagamento a fornecedores e pelo recebimento das vendas”. Esse autor registra que, para o cálculo do ciclo financeiro de uma empresa, é necessário considerar as seguintes variáveis:

Prazo médio de pagamento a fornecedores (PMP)

Prazo médio de fabricação/estocagem (PME)

Prazo médio de recebimento das vendas (PMR)

Onde o ciclo financeiro (CF) é calculado pela seguinte fórmula:

$$CF = PME + PMR - PMP$$

Segundo Braga (2010), o prazo médio de pagamento a fornecedores é obtido pela fórmula:

$$\text{PMP} = \frac{\text{Saldo Médio de Fornecedores} \times \text{Dias do período (360)}}{\text{Montante Compras}}$$

O montante de compras do ano é obtido através da seguinte equação:

$$\text{Compras} = \text{CMV} + \text{EF} - \text{EI}$$

Onde:

CMV = Custo das mercadorias vendidas

EF = Estoque final

EI = Estoque inicial

Quando a empresa opera sem estoques, como é o caso da maioria das empresas prestadoras de serviço, o prazo médio de produção e estocagem (PME) é considerado igual à zero (SANTOS, 2001).

2.5.5 Reclassificação de contas do balanço patrimonial

Ao se analisar as necessidades de capital de giro através da contabilidade, fazem-se necessário uma reclassificação de contas do balanço patrimonial em grupos diferentes dos da contabilidade tradicional, pois, de acordo com Assaf Neto e Silva (1997), os indicadores gerados a partir das análises com a classificação convencional das contas não costumam fornecer informações mais conclusivas a respeito de determinada evolução na posição financeira corrente da empresa, omitindo principalmente as efetivas necessidades de capital de giro.

Vieira (2008) preconiza que na composição do ativo e passivo circulantes se encontram contas com natureza totalmente distintas das outras, que se renovam constantemente à medida que se desenvolvem as operações da empresa, o que afeta de maneira significativa a maneira de focar-se a situação financeira da empresa.

Assaf Neto e Silva (1997) apresentam uma nova classificação das contas do balanço patrimonial, para efeitos de análise de capital de giro, também defendida pelos mais diversos autores, onde o ativo circulante é dividido em financeiro ou errático e operacional. O ativo financeiro é formado pelas contas que não apresentam necessariamente nenhum vínculo direto com o ciclo operacional da empresa e o ativo operacional ou cíclico formado por valores que mantém estreita relação com a atividade operacional da empresa, estas contas devem manter coerência com o ciclo operacional da empresa, de forma que o volume de investimentos nestes itens seja representativo de suas necessidades de investimentos em giro.

O ativo permanente ou de longo prazo inclui os direitos não circulantes, de longo prazo, e o ativo permanente propriamente dito.

O passivo financeiro ou errático inclui as obrigações de curto prazo da empresa com instituições financeiras e outras operações que não mantêm nenhuma relação direta com a atividade operacional da empresa.

Já o passivo circulante operacional denota as obrigações de curto prazo ligadas diretamente às operações, são as dívidas de funcionamento da empresa.

O passivo permanente é composto pelas fontes de financiamento a longo prazo, tanto próprias como de terceiros (patrimônio líquido e exigibilidades de longo prazo, respectivamente). É responsável por financiar necessidades permanentes de recursos.

A reclassificação do balanço patrimonial dada por Vieira (2008) é representada no quadro abaixo.

ATIVO	PASSIVO
ATIVO CIRCULANTE ATIVO ERRÁTICO/CURTO PRAZO Caixa e Bancos Aplicações Financeiras Outras contas não operacionais ATIVO CÍCLICO/OPERACIONAL Clientes Estoques Outras contas operacionais ATIVO PERMANENTE Realizável a longo prazo Permanente	PASSIVO CIRCULANTE PASSIVO ERRÁTICO/CURTO PRAZO Empréstimos e financiamentos Debêntures Dividendos a Pagar Outras contas não operacionais PASSIVO CÍCLICO/OPERACIONAL Fornecedores Salários e Encargos Impostos operacionais Outras Contas Operacionais PASSIVO PERMANENTE Exigível a longo prazo Patrimônio líquido

Quadro 2 – Exemplo de balanço patrimonial gerencial.

2.5.6 Necessidade de capital de giro (NCG)

Após a reclassificação das contas do balanço patrimonial, a determinação da necessidade de investimento em capital de giro torna-se fácil.

Conforme Assaf Neto e Silva (1997) os ativos circulantes operacionais representam os valores que a empresa deve investir em suas atividades operacionais, e subtraindo-se desse montante os financiamentos de curto prazo que a empresa faz para manter suas operações, chega-se à necessidade de investimento em capital de giro.

De forma resumida, a necessidade de investimento em capital de giro é simplesmente a subtração do ativo operacional pelo passivo operacional.

O correto dimensionamento do capital de giro é um dos maiores desafios do gestor financeiro.

Devido ao fato de a necessidade de capital de giro estar ligada a contas operacionais que sofrem constante renovação, verifica-se que o valor assumido por ela se reflete no ciclo financeiro da empresa. De acordo com Vieira (2008), quando no ciclo financeiro da empresa as saídas operacionais ocorrem antes das entradas de caixa, aparece a necessidade de capital de giro (NCG).

2.5.7 Capital de giro (CDG)

Para o desenvolvimento de suas atividades, as empresas, segundo Vieira (2008), precisam realizar investimentos em suas operações, esses investimentos são representados pela necessidade de capital de giro, e refletem o volume das vendas e o perfil do ciclo financeiro da organização. Esses investimentos são estreitamente ligados à atividade operacional da empresa, e sofrem constante renovação, se tornando investimentos permanentes e de longo prazo que precisam ser financiados por recurso da mesma natureza. Dessa forma é recomendável que a empresa utilize as fontes de longo prazo, representados pelo passivo permanente (patrimônio líquido acrescido do exigível a longo prazo) para o financiamento desses investimentos.

Porém os recursos de longo prazo devem prioritariamente financiar o ativo permanente, e seu excedente deve ser usado para financiar a necessidade de capital de giro da empresa.

Daí se conclui que o capital de giro (CDG), obtido através da diferença entre o passivo permanente (patrimônio líquido acrescido do exigível a longo prazo) e o ativo permanente (ativo permanente acrescido do realizável a longo prazo), está disponível para a empresa quando há um excedente de fontes de longo prazo (passivo permanente), em relação às aplicações de longo prazo (ativo permanente).

Vieira (2008) observa que o CDG pode assumir tanto valores positivos, quanto negativos em função do volume de fontes de longo prazo disponíveis e das aplicações de longo prazo realizadas pela empresa. Se o CDG é positivo, significa que as fontes de longo prazo são maiores que as aplicações de longo prazo, e o saldo de CDG estará disponível para financiar a necessidade de capital de giro e outras aplicações circulantes da empresa, porém, quando ele é negativo, significa que as aplicações de longo prazo da empresa, além de consumirem todas as fontes de longo prazo da mesma, ainda necessitarão de recursos de curto prazo para o seu financiamento, situação que, na maior parte dos casos, cria uma pressão adicional sobre a posição financeira da empresa.

2.5.8 Saldo de tesouraria (T)

O saldo de tesouraria (T), de acordo com Vieira (2008), é obtido, no balanço gerencial reclassificado, pela diferença entre o ativo de curto prazo (ativo errático) e o passivo de curto prazo (passivo errático).

Segundo o mesmo autor, quando os recursos de longo prazo não são suficientes para cobrir a necessidade de capital de giro (NCG), o saldo de tesouraria (T) é negativo, fazendo com que a empresa acabe por utilizar fontes de curto prazo, originárias do passivo de curto prazo, para financiar as suas atividades e, assim, a NCG.

Ainda, de acordo com o autor, quando o capital de giro (CDG) é maior que a a necessidade de capital de giro (NCG) o saldo de tesouraria (T) assume valor positivo, possibilitando a empresa aplicar o excedente de seus recursos de longo

prazo em aplicações de curto prazo, direcionadas, em geral, para o mercado financeiro. Essa situação proporciona a empresa um baixo risco financeiro decorrente da estrutura de financiamento utilizada.

Para o autor a presença e a dimensão do saldo de tesouraria (T) revelam informações muito relevantes sobre a situação financeira da empresa, bem como sobre as prioridades que acabam norteando a sua administração financeira.

2.6 Administração de contas a receber

Contas a receber são geradas a partir das vendas a prazo que são feitas com concessão de crédito aos clientes.

De acordo com Assaf Neto e Silva (1997) as vendas a prazo são usadas como estratégia, onde a empresa oferece crédito como forma de impulsionar as vendas por impulso.

Para Santos (2001), um dos componentes mais expressivos do capital de giro de uma empresa são as contas a receber provenientes de suas vendas a prazo. Para o autor, uma boa administração de contas a receber deve incluir, além da execução, as funções de planejamento e controle, para que as vendas pelo crédito comercial proporcionem resultados efetivos. Assim sendo, a cobrança é a principal função operacional de contas a receber. A formulação da política de crédito e o acompanhamento de seus resultados são as funções típicas de planejamento e controle de contas a receber.

“As vendas a prazo geram riscos de inadimplência e despesas com análise de crédito, cobrança e recebimento, mas alavancam as vendas, isto é, aumentam o volume de vendas e, conseqüentemente, o lucro. As vendas a prazo são condições necessárias para aumentar o nível de operações e o giro dos estoques e, assim, ganhar a escala e maximizar a rentabilidade” (HOJI, 2004, p. 136).

Segundo Hoji (2004), deve ser feita uma análise minuciosa e criteriosa dos dados cadastrais de um novo cliente antes de se efetuar uma venda a prazo, pois há uma grande possibilidade de a venda se tornar um valor não recebível se não forem tomados os devidos cuidados.

2.7 Administração do caixa

A administração de caixa numa empresa abrange as atividades de planejamento e controle das disponibilidades financeiras que é a parcela do ativo circulante, representada pelos depósitos nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata (SANTOS, 2001).

A administração de caixa procura manter liquidez imediata necessária para manter as operações de uma empresa (MARTINS; ASSAF NETO, 1986).

Uma das finalidades da administração de caixa, segundo Hoji (2004), é manter um saldo adequado às necessidades oriundas das atividades da empresa em face à incerteza associada aos fluxos de recebimentos e pagamentos, sendo que se esses fluxos fossem todos realizáveis nas datas previstas não haveria a necessidade de se manter capital em caixa.

2.8 Administração de estoques

A gestão dos estoques, para Assaf Neto (2003), é uma questão relevante que permeia o Capital de Giro, uma vez que os estoques são materiais, mercadorias ou produtos fisicamente mantidos disponíveis pela empresa, com expectativa de ingresso no ciclo de produção, de seguir seu curso produtivo normal, ou de serem comercializados.

Na visão de Assaf Neto e Silva (1997), a função de planejar e controlar estoques são fatores primordiais para uma boa administração do processo produtivo. A gestão de estoques preocupa-se com os problemas quantitativos e financeiros dos materiais, sejam eles matérias-primas, materiais auxiliares, materiais em processo ou produtos acabados. Cabendo a esse setor o controle das disponibilidades e das necessidades totais do processo produtivo, envolvendo não só os almoxarifados de matérias-primas e auxiliares, como também os intermediários e os de produtos acabados.

Os estoques estão sujeitos a ação e planejamento de outras áreas da Administração, como vendas, produção, logística e materiais (compras). Para

Gitman (2002), cada gestor tem um ponto de vista dos níveis de estoque em função de seus próprios objetivos. Para esse autor, a disposição do gerente financeiro é no sentido de manter estoques em níveis baixos, garantindo que o dinheiro da empresa não esteja sendo investido em excesso em estoques. Já o gerente de marketing tem interesse por grandes estoques de produtos acabados, visto que dessa forma todos os pedidos seriam atendidos rapidamente e não haveria perda de vendas por escassez de produtos.

Santos (2001) chama atenção para o fato de que existem diversas maneiras e métodos de planejar e controlar estoques, alguns muito simples, outros complexos. Cada método tem sua aplicação diferenciada e determinada e que não pode ser utilizada indistintamente por todo o sistema. Nesse contexto, o autor cita o sistema de Quantidade econômica de requisições; o Lote econômico; o Lote padrão de requisição; o Estoque mínimo e o Estoque de equilíbrio. O método ideal irá depender da empresa e de seu sistema.

O estoque é um investimento e o gestor financeiro precisa estar atento ao seu nível, analisando-o constantemente sob a ótica do custo/benefício, para que os estoques não falem (ocasionando perda de vendas), tampouco sejam conservados em altos níveis (aumentando os custos de conservação) (ASSAF NETO, 2003).

No entendimento de Sanvicente (1987), o volume de estoques mantido por uma empresa dependerá da disponibilidade dos itens necessários, isto é, da velocidade com que podem ser adquiridos; quanto mais acessível, menor deverá ser o estoque e vice-versa; da duração do ciclo de produção no caso de empresa industrial; quanto mais longo o ciclo, maior a necessidade de estoques de matéria-prima e produção em andamento; dos hábitos de compra dos clientes, pois maior previsibilidade de encomendas permite a redução relativa dos investimentos em estoques; da durabilidade dos itens estocados, caso sejam perecíveis ou deterioráveis, ou caso a situação do item estocado esteja sujeita a mudanças rápidas de estilo ou moda. Nos dois casos, manter estoques elevados não é aconselhável, tendo em vista que o risco de perda total do investimento é excessivamente alto.

Assaf Neto e Silva (1997, p. 146) apontam que a existência de estoques evita a interrupção no fluxo de produção, o aumento imediato do preço do produto, além disso, protege a empresa contra perdas inflacionárias e interfere de forma positiva na política de vendas do fornecedor.

Os custos de estoques mais relevantes, segundo Matias (2007, p. 48) são:

Custo de estocagem: considera o custo do capital investido (custo de oportunidade); o custo de armazenagem e manuseio; gastos com seguro, impostos, depreciação e obsolescência;

Custo de encomenda, embarque e recepção: refere-se aos custos de pedidos; custos de embarque e manuseio (incluindo despesas alfandegárias e movimentação de estoques dentro da organização);

Custo de insuficiência de estoques: diz respeito à perda de vendas, à insatisfação do cliente e à ruptura do cronograma de produção;

Custo de qualidade: considera as falhas e inconformidades, as trocas em garantias e assistência técnica, a imagem e a reputação da empresa, assim como o tempo ocioso.

Assim, com a finalidade de otimizar os recursos investidos na conta Estoques e promover a sua rotação, os gestores dispõem de várias técnicas para a administração do mesmo. Cabe a ele identificar qual o método de planejar e controlar estoques mais adequado para sua empresa, de maneira a manter um nível de estoques cujo custou benefício seja ideal e minimizar os custos destes.

3 METODOLOGIA

Este estudo caracteriza-se, em se tratando de método, empírico-analítico. De início apresenta um embasamento teórico sobre Capital de Giro, mais especificamente, administração e análise do Capital de Giro.

Num segundo momento analisa-se dados da empresa Estrela Plast Embalagens. Os dados da empresa foram recolhidos por meio da análise de documentos contábeis da mesma, como por exemplo, o Balanço Patrimonial referente ao período de 2008-2010 e, também por meio de entrevista com o gestor da empresa.

Quanto à parte empírica, Batistella (2006) acredita que, quando um estudo aborda apenas a análise de um caso em particular, enquadra-se como um estudo de caso, uma vez que essa técnica de pesquisa tem por finalidade auxiliar no estudo de uma situação problemática específica. Para Yin (2005, p. 35) o estudo de caso “é uma estratégia de pesquisa que, enquanto método, abrange tudo - o planejamento, as técnicas de coleta e as abordagens de análise dos dados”.

De acordo com Chizzotti (2006, p. 135), o estudo de caso “objetiva reunir os dados relevantes sobre o objeto de estudo e, desse modo, alcançar um conhecimento mais amplo sobre esse objeto, dissipando as dúvidas, esclarecendo questões pertinentes, e, sobretudo, instruindo ações posteriores”.

Assim, optou-se pelo estudo do caso pelo fato dessa técnica permitir que se faça a descrição do material coletado, sistematizando as informações obtidas, permitindo uma visão geral desse material. Sendo também possível evidenciar as relações entre os dados, confirmando ou refutando as eventuais hipóteses propostas para o estudo. Portanto, acredita-se ser essa técnica de pesquisa a mais indicada para se fazer a análise da administração financeira do capital de giro de uma empresa de pequeno porte.

4 ESTUDO DE CASO

4.1 Conhecendo a Empresa objeto do estudo

Fundada em 14 de fevereiro de 2002, com estabelecimento na cidade de Cruz Alta, na região noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a Estrela Plast Embalagens atua na área de comercialização de embalagens descartáveis, abastecendo todo o município de Cruz Alta. A empresa conta atualmente com apenas um funcionário, além do proprietário, os quais se dividem nas funções de caixa, vendedor, estoquista, entregador e serviços gerais. É uma empresa de pequeno porte, optante pelo SIMPLES. Apresentando um faturamento bruto anual, nos últimos três anos, em torno de R\$ 190.000,00. Evolui de maneira constante e sólida, alicerçada sob uma política de qualidade em produtos e em atendimento, que está presente até hoje na empresa.

As demonstrações contábeis apresentadas pela empresa nos últimos três anos foram as seguintes:

Balanco Patrimonial			
ATIVO			
	2010	2009	2008
Ativo Circulante	21306,35	50530,41	33387,73
Disponibilidades	849,90	1426,43	1610,95
Caixa	724,05	883,45	1256,50
Bancos	125,85	542,98	354,45
Créditos	20456,45	49103,98	31776,78
Estoques	20456,45	49103,98	31776,78
Ativo Permanente	46300,00	46300,00	46300,00
Imobilizado	46300,00	46300,00	46300,00
TOTAL DO ATIVO	67606,35	96830,41	79687,73
PASSIVO			
Passivo Circulante	6523,25	16692,01	17043,10
Exigibilidades	6523,25	16692,01	17043,10
Fornecedores	5848,65	12585,45	13593,89
Impostos e Contribuições a recolher	674,60	4106,56	3449,21
Patrimônio Líquido	61083,10	80138,40	62644,63
Capital Social	15000,00	15000,00	15000,00
Lucros Acumulados	14140,35	47644,63	3546,80
Lucro do Período	31942,75	17493,77	44097,83
TOTAL DO PASSIVO	67606,35	96830,41	79687,73

Quadro 3 – Balanço patrimonial da empresa Estrela Plast Embalagens

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO			
	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS E SERVIÇOS	166423,99	204237,47	210135,18
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS	-5991,26	-9383,79	-9847,83
(-) Simples	-5991,26	-7330,15	-9746,36
(-) ICMS		-2053,64	-101,47
(=) RESULTADO LÍQUIDO DAS VENDAS	160432,73	194853,68	200287,35
(-) CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	-119420,65	-143344,33	-123210,72
(=) RESULTADO OPERACIONAL BRUTO	41012,08	51509,35	77076,63
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	-9069,33	-34015,58	-32978,80
(-) Despesas Administrativas	-6542,25	-5254,85	-3463,71
(-) Despesas com Pessoal	-1577,08	-28395,21	-29062,57
(-) Despesas Financeiras	-950,00	-365,52	-452,52
(=) LUCRO OU PREJUÍZO OPERACIONAL	31942,75	17493,77	44097,83
(=) RESULTADO ANTES PROVISÕES	31942,75	17493,77	44097,83
(=) LUCRO OU PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	31942,75	17493,77	44097,83

Quadro 4 – Demonstrações do resultado do exercício da empresa Estrela Plast Embalagens

4.2 A Análise da administração financeira do capital de giro da Empresa Estrela Plast Embalagens

4.2.1 Análise dos indicadores de liquidez

O quadro abaixo apresenta os valores de capital circulante líquido, índice de liquidez corrente e índice de liquidez seca calculados nos últimos três anos através das demonstrações contábeis da empresa Estrela Plast Embalagens:

	2008	2009	2010
Capital circulante líquido	R\$ 16344,63	R\$ 33838,40	R\$ 14783,10
Índice de liquidez corrente	1,96	3,03	3,27
Índice de liquidez seca	0,09	0,08	0,13

Quadro 5 – Valores de capital circulante líquido, índice de liquidez corrente e seca da empresa Estrela Plast embalagens

A análise dos indicadores de liquidez nos três períodos mostra que a empresa, no tocante ao capital circulante líquido, apresentou aumento em 2009, em relação a 2008, devido ao aumento nos estoques, já em 2010 houve diminuição desse valor, seguindo a redução de atividade da empresa. Esse indicador mostra que a empresa, nos três anos, apesar das variações, sempre apresentou uma boa folga financeira, para fazer frente aos seus compromissos de curto prazo.

Os índices de liquidez corrente da empresa, somente corroboram com a análise feita anteriormente, já que em 2008 para cada unidade monetária de compromisso registrado no curto prazo, a empresa possuía 1,96 unidades monetárias para fazer frente a esses compromissos. Em 2009, sob a ótica da liquidez corrente, a situação da empresa melhorou muito, já que este índice apontou 3,03 unidades monetárias para cada unidade de dívidas de curto prazo. Esse aumento pode ser explicado devido ao fato de a empresa ter aumentado seus estoques, mas não ter contraído dívidas de curto prazo para financiar esse aumento. Em 2010 a empresa aumentou seu índice de liquidez corrente para 3,27, o que pode ser explicado pelo fato da empresa manter a sua política de compras.

Com relação à liquidez seca, que não considera os estoques, podemos verificar que a empresa, nos três anos, apresentou índices baixos, porém constantes. Isso pode ser explicado em virtude do grande volume de recursos investidos em estoques nos três anos analisados, que representam a maioria dos investimentos no ativo circulante da empresa.

4.2.2 Análise dos ciclos operacional e financeiro da empresa

Primeiramente foram feitos os cálculos dos prazos médios baseado no balanço patrimonial e DRE. O quadro abaixo apresenta os valores obtidos nos cálculos :

Índices	Ano 2010	Ano 2009
Prazo Médio de Estoques	104	101
Prazo Médio de Recebimentos	0	0
Prazo Médio de Pagamentos	36	29
Ciclo Operacional	104	101
Ciclo Financeiro	68	72

Quadro 6 – Prazos médios praticados pela empresa Estrela Plast Embalagens

Fundamentado nos valores obtidos foram feitas as análises para cada um dos cálculos:

Prazo Médio de Estoques - PME

Constatou-se que mercadorias adquiridas permaneceram nos estoques da empresa, em 2009, por 101 dias e, em 2010 aumentou para 104 dias, quando o ideal seria diminuir esse indicador.

Esse aumento no número de dias em que os estoques ficam armazenados na empresa, fazem com que seja necessário investir mais recursos nessa área e esse tempo a mais incorrer em custos de armazenagem.

Prazo Médio de Recebimentos - PMR

A empresa não financia seus clientes através de vendas a prazo. Assim não assume custos e riscos, já que são inexistentes nas vendas à vista.

A empresa, assim, não faz a conversão de estoques em créditos a receber, e não precisa suportar o financiamento dos valores dos custos e da margem de lucro desses estoques aos seus clientes por certo período de tempo.

Prazo Médio de Pagamentos - PMP

A empresa, em 2009, pagou seus fornecedores aproximadamente 29 dias após a aquisição dos mesmos. Nesse período de tempo as atividades operacionais da empresa foram financiadas por seus credores, mas de maneira não onerosa.

Em 2010 a empresa passou a pagar seus fornecedores de mercadorias em 36 dias, fazendo com que usasse essa fonte operacional por 7 dias a mais, em comparação a 2009.

O maior prazo de pagamento de fornecedores verificado em 2010 é extremamente positivo, já que a empresa tem um elevado prazo médio de estoques, assim a empresa reduz o tempo em que precisa financiar suas atividades operacionais com recursos não operacionais, muitas vezes onerosos.

Ciclo Operacional

Em 2009 a empresa apresentou ciclo operacional de 101 dias. Como a empresa realiza apenas vendas a vista, o ciclo operacional corresponde com o prazo médio de estoques, já que o prazo médio de recebimentos de clientes é zero. Assim o ciclo operacional corresponde ao tempo decorrido entre a aquisição das mercadorias e a sua venda.

Em 2010 há um aumento do ciclo operacional da empresa, justificado pelo aumento do prazo médio de estoques. Isto significa que o período médio em que os recursos estão investidos nas operações da empresa aumentou em aproximadamente 3 dias. Porém, cabe ressaltar, em parte desse período as operações são financiadas por fontes operacionais, os fornecedores.

Ciclo Financeiro

O ciclo financeiro da empresa em 2009 correspondeu à 72 dias, e em 2010 foi de 68 dias. Uma redução de aproximadamente 4 dias no período em que a empresa precisa de fontes não operacionais para financiar as suas atividades. Essa redução é saudável para a empresa, pois diminui a necessidade de obter financiamento complementar para o giro de seus negócios, que, se obtido de forma onerosa pode contribuir para redução da rentabilidade e eventual insolvência da empresa.

4.2.3 Análise da necessidade e do financiamento do capital de giro da empresa

Para fazer a análise da necessidade do capital de giro e o seu financiamento é necessário que se faça a reclassificação do balanço patrimonial, elaborando-se assim o balanço gerencial, que segue.

	31/12/2010	31/12/2009	31/12/2008
ATIVO	67.606,35	96.830,41	79.687,73
ATIVO CIRCULANTE	21.306,35	50.530,41	33.387,73
ATIVO ERRÁTICO/CURTO PRAZO	849,90	1.426,43	1.610,95
Caixas e Bancos	849,90	1.426,43	1.610,95
Aplicações Financeiras			
Outras Contas Operacionais			
ATIVO CÍCLICO/OPERACIONAL	20.456,45	49.103,98	31.776,78
Clientes			
Estoques	20.456,45	49.103,98	31.776,78
Outras contas operacionais			
ATIVO PERMANENTE	46.300,00	46.300,00	46.300,00
Realizável a longo prazo			
Permanente	46.300,00	46.300,00	46.300,00
PASSIVO	67.606,35	96.830,41	79.687,73
PASSIVO CIRCULANTE	6.523,25	16.692,01	17.043,10
PASSIVO ERRÁTICO/CURTO PRAZO			
Empréstimos e financiamentos			
Debêntures			
Dividendos a Pagar			
Outras contas não operacionais			
PASSIVO CÍCLICO/OPERACIONAL	6.523,25	16.692,01	17.043,10
Fornecedores	5.848,65	12.585,45	13.593,89
Salários e Encargos			
Impostos operacionais	674,60	4.106,56	3.449,21
Outras Contas Operacionais			
PASSIVO PERMANENTE	61.083,10	80.138,40	62.644,63
Exigível a longo prazo			
Patrimônio líquido	61.083,10	80.138,40	62.644,63

Quadro 7 – Balanço gerencial da empresa Estrela Plast Embalagens

Após a reclassificação do balanço, foram feitos os cálculos do saldo de tesouraria (T), necessidade de capital de giro (NCG) e capital de giro (CDG), conforme quadro abaixo:

Saldo de Tesouraria (T)			
Ano	ACP	FCP	T
2008	1.610,95	0,00	1.610,95
2009	1.426,43	0,00	1.426,43
2010	849,90	0,00	849,90
Necessidade de CG (NCG)			
Ano	AOP	FOP	NCG
2008	31776,78	17043,10	14733,68
2009	49103,98	16692,01	32411,97
2010	20456,45	6523,25	13933,20
Capital de Giro (CDG)			
Ano	FLP	ALP	CDG
2008	62.644,63	46.300,00	16.344,63
2009	80.138,40	46.300,00	33.838,40
2010	61.083,10	46.300,00	14.783,10

Quadro 8 – Resultados dos cálculos da análise do capital de giro da empresa Estrela Plast Embalagens

Por meio dos resultados acima é possível observar que em 2008 a empresa dispõe de recursos de longo prazo (CDG) suficientes para financiar as aplicações operacionais na NCG e ainda sobram R\$ 1.610,95, recursos para realizar aplicações de curto prazo (em caixa e bancos) que garantem margem de segurança a empresa. Este valor é obtido confrontando-se o Capital Circulante Líquido (CCL) com a necessidade de capital de giro (NCG), o que é satisfatório para a empresa pois está conseguindo financiar suas operações com recursos próprios, de longo prazo, sem necessidade de utilização de recursos de terceiros.

Em 2009 a situação se repete, porém os estoques cresceram 54,53 % em relação a 2008, elevando seus custos em 16,34 %. A necessidade de investimento cíclico em capital de giro, conseqüentemente, aumentou 119,39 %. As vendas em relação a 2008 caíram 2,89 % e, mesmo assim, a empresa obteve um Saldo de tesouraria de R\$ 1.426,43 (11,45 % menor que 2008), pois utilizou recursos de longo prazo para investir no Ativo Cíclico ou Permanente. Apesar disso, seu equilíbrio financeiro ainda é satisfatório, pois ainda tem capacidade interna de financiar a atividade operacional.

No ano de 2010 verifica-se que o saldo de tesouraria mais uma vez voltou a cair (40,42 %). O investimento em estoques diminuiu consideravelmente em relação

ao último ano (58,34 %), seguindo as quedas nas vendas do período, conseqüentemente a necessidade de investimentos em giro (NIG) também diminuiu (57 %). Nota-se que houve uma preocupação por parte do proprietário em relação aos estoques elevados seguido de uma redução nas vendas do último período, que caíram ainda mais neste ano (18,51 %). Porém a situação financeira continua confortável, já que as operações são totalmente financiadas por recursos de longo prazo, originárias dos lucros dos períodos anteriores.

A análise das demonstrações contábeis permitiu verificar a situação financeira da empresa. Nos três anos analisados a necessidade de capital de giro é totalmente financiada pelo capital de giro, ou seja, a necessidade que a empresa tem de investimento em aplicações nas suas atividades operacionais é financiada por recursos de longo prazo, fazendo com que a empresa ainda tenha recursos de longo prazo a disposição para financiar aplicações de curto prazo.

A estrutura de capital se mostra bastante confortável do ponto de vista financeiro, pois os recursos disponíveis para aplicações no curto prazo protegem a empresa contra as oscilações futuras em seu fluxo de caixa.

Porém, para ficar numa posição ainda mais favorável, seria interessante a empresa diminuir a necessidade de capital de giro. Isso poderia ser feito diminuindo-se o prazo de estocagem das mercadorias vendidas, e aumentando-se o prazo de pagamentos das mesmas mercadorias a fornecedores. Isso faria com que o investimento em estoques diminuísse, mantendo-se as vendas, e que aumentassem as fontes operacionais, através da conta de fornecedores. A empresa manteria as fontes de longo prazo, podendo utilizá-las em aplicações de curto prazo, mantendo a margem de segurança e a liquidez da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da gestão financeira do capital de giro praticada pelo gerente da distribuidora Estrela Plast Embalagens, através dos cálculos de índices de liquidez, prazos médios das contas operacionais e conseqüentemente análise dos ciclos operacional e financeiro, análise da necessidade de capital de giro e sua origem, permite concluir que a situação financeira e o financiamento da necessidade de capital de giro são satisfatórios.

A análise dos índices de liquidez mostrou que a empresa possui uma boa liquidez. Em todos os períodos apresentou recursos disponíveis para honrar com suas obrigações de curto prazo.

Através da análise dos ciclos operacionais e financeiros verificou-se que a empresa possui um longo ciclo operacional, influenciado pelo alto prazo médio de estocagem de seus produtos, sendo aconselhável à empresa procurar diminuir este prazo. O ciclo financeiro da empresa, apesar de longo, apresenta diminuição nos períodos analisados, o que é positivo para empresa, pois diminui o tempo em que ela financia as suas atividades operacionais.

Por meio da análise da necessidade e do financiamento do capital de giro da empresa, percebe-se que nos três anos analisados a empresa possui recursos de longo prazo suficientes para financiar a necessidade de capital de giro, oriunda de suas atividades operacionais. Além de haver recursos suficientes para o financiamento da necessidade de capital de giro, ainda há uma sobra de recursos de longo prazo que podem ser utilizados em aplicações de curto prazo, que dão folga financeira para a empresa. Não sendo utilizados recursos de terceiros, que seriam onerosos, para o financiamento de suas atividades.

Portanto a empresa Estrela Plast tem condições de manter-se no mercado com a atual gestão financeira do capital de giro praticada. Porém para adquirir uma posição ainda mais favorável a empresa poderia diminuir a necessidade de capital de giro, principalmente, através de uma diminuição no nível de investimentos em estoques, e através da negociação de um prazo maior para o pagamento de seus fornecedores.

REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Finanças corporativas e valor**. São Paulo: Atlas, 2003.

ASSAF NETO, A.; SILVA, C. A. T. **Administração do capital de giro**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

ATKINSON, A.A. et al. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 2000.

BERTI, A. **Contabilidade e análise de custos**. Curitiba: Juruá, 2007.

BATISTELLA, F.D. **Análise dinâmica do capital de giro e inflação**: um estudo de caso em empresa de recursos hídricos. 2006. Disponível em: http://www.congressosp.fipecafi.org/artigos62006/an_resumo.asp?cod_trabalho=205. Acesso em: 10 jul. 2011.

BRAGA, Roberto. **Fundamentos e técnicas de administração financeira**. São Paulo: Atlas, 2010.

BRIGHAM, E. **Fundamentos da moderna administração financeira**. São Paulo: Editora Campos, 1999.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis: Vozes, 2006.

DI AUGUSTINI, C. R. **Capital de giro**. São Paulo: Atlas, 1996.

FABRETTI, L. C. **Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 2001.

FIGUEIREDO; S.; CAGGIANO, P.C. **Controladoria**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 1997

GITMAN, L.J. **Princípios da Administração Financeira**. São Paulo: Pearson Aditison Wesley, 2002.

HOJI, M. **Administração financeira: uma abordagem prática**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

IUDÍCIBUS, S. **Teoria da contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 1998.

KOCH, A. **Administração de capital de giro**. 2009. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/financas-artigos/administracao-do-capital-de-giro-987773.html>>. Acesso em: 10 out. 2011.

LIBONATI, Jeronymo J. **Modelo gerencial de apuração de resultado para empresa agrícola: enfoque do sistema de gestão econômica – GECON**. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) – Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

LONGENECKER, J.G. et al. **Administração de Pequenas Empresas**. São Paulo: Thomson, 2007.

MARTINS, E.; ASSAF NETO, A. **Administração Financeira**. São Paulo: Atlas, 1986.

MATIAS, C.A. **Ações de marketing para atração de novos clientes e manutenção dos existentes para a Auto-Elétrica SouzaCar**. Monografia (Graduação em Administração) - Universidade do Vale do Itajaí, São José, SC, 2007. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Matias%20Carlos%20Althoff.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2011.

MENEZES, V. **Capital de giro: importância e soluções**. 2009. Disponível em: <<http://www.artigonal.com/administracao-artigos/capital-de-giro-importancia-e-solucoes-3221975.html>>. Acesso em: 10 out. 2011.

SANTOS, E.O. **Administração financeira da pequena e média empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.

SANVICENTE, A.Z. **Orçamento na administração de empresa: planejamento e controle**. São Paulo: Atlas, 1987.

STAIR, R. M.; REYNOLDS, G. W. **Princípios de Sistemas de Informação**: uma abordagem gerencial. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

VIEIRA, M. V. **Administração Estratégica do Capital de Giro**. São Paulo: Atlas, 2008.

YIN. R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

Apêndice A – Questionário Aplicado (Entrevista)

Estoques

1) Que tipo de estoques e qual a quantidade mantida pela empresa (tipo alimentos, artigos e utilidades...)?

Estoque é controlado através de planilha por indústria fornecedora, e a quantidade é monitorada para atender a demanda sempre para os próximos 20 a 30 dias.

2) A quantidade atende as necessidades?

Sim.

3) É possível prever a quantidade necessária?

Sim, pois segmentamos os clientes de acordo com os produtos existentes na empresa, e já temos previsão aproximada de venda mensal para cada cliente. Convém frisar que a nossa empresa vende basicamente para micro e pequenas empresas, ou seja, 95% para empresas e 5% para consumidor pessoa física.

4) Quais os custos destes (custo de estocagem; custo de encomenda, embarque e recepção; custo de insuficiência de estoque; custo de qualidade)?

O custo do produto é relativamente alto, pois somente compramos direto das indústrias fabricantes, e tem pedido mínimo para cada compra, conseqüentemente o volume total no estoque é elevado tendo em vista a necessidade de ter todos os produtos no depósito.

Fornecedores

5) Como paga os fornecedores (capital próprio ou de terceiros)?

Normalmente com capital próprio, eventualmente utiliza-se capital de giro rápido, como recursos da CEF com juros baixos (custódia de cheques pré-datados, PROGER, Cartão BNDES e recursos do FAT).

6) Quando é feito este pagamento (à vista, 30 dias, 60 dias)?

O prazo médio é de 21 a 28 dias através de boleto bancário, com o preço a vista, previamente negociado na hora da compra direto com a indústria.

7) Qual o percentual de compras a prazo realizado?

Nas condições citadas acima, praticamente 90%.

Clientes

8) O recebimento das vendas é a vista ou a prazo?

100% a vista

9) Como é feito o controle dos recebimentos a prazo (a que tipo de cliente concede crédito, qual o prazo concedido para efetuar o pagamento)?

Não é concedido crédito a clientes.

10) Existem perdas com clientes (Clientes que não pagam)?

Não.

11) Qual o prazo de vendas a prazo realizado?

As vendas realizadas são à vista.

Disponibilidades

12) Como é feito o controle de caixa (como controla o dinheiro que entra e sai do caixa)?

É feito um controle pelo proprietário diariamente em um livro caixa, que ainda é possível fazer este controle tendo em vista se tratar de uma microempresa-firma individual.

13) O dinheiro mantido em caixa é suficiente para as obrigações de curto prazo?

Sim, a empresa procura saldar os seus débitos sempre, se possível, com uma semana de antecedência, cobrindo saldo de conta corrente, pagamento de boletos bancários encargos fiscais.

Nesse sistema de pagamento evita a correria no dia-a-dia para cobrir as obrigações, evitando assim negócios mal feitos.

14) Em caso de eventualidades há dinheiro em caixa (para despesas diferentes das geradas pelas operações da empresa)?

Normalmente sim.

15) Não havendo dinheiro em caixa onde busca recursos financeiros?

Sempre que houver necessidade a busca é feita na CEF através de recursos subsidiados pelo governo federal para micro e pequenas empresas. Deixando bem claro que para obter estes créditos a empresa precisa ser idônea, transparente, sem restrições e parcelamentos de tributos, como também não constar no Serasa, CCF, SPC e outras fontes de consulta.

16) Qual o destino dos lucros?

Re-investimento na empresa, investindo na capacitação profissional, aumentando o leque de produtos para oferecer aos clientes, melhorar a infraestrutura logística (como veículos utilitários, motos novos e semi-novos) para diminuir o custo de manutenção dos mesmos.